



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Roberto Alves** - PRB/SP

Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília, 20 de novembro de 2018.

Excelentíssimo Senhor,

Com satisfação, venho a presença de Vossa Excelência apresentar a esta Magna Casa de Leis, relatório de missão oficial realizada por meio do mandato parlamentar que exerço, como observador da **21ª Reunião Extraordinária da Comissão Internacional para Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT)**, em Dubrovnik, na Croácia, entre os dias 12 a 17 de novembro corrente.

O Brasil compareceu com uma delegação chefiada pelo senhor **Dayvson Franklin de Souza**, Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, assessorado por **Renato Leonardi**, Ministério das Relações Exteriores e pelo Prof. **Fabio Hazin**, Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE e SCC-CPG Atuns.

Também presentes **Thaiz Figueredo Reis** da DRMC-SEAP, correspondente do Brasil na ICCAT e **Henrique Anatole** da SBIO-MMA, além de nossa representação da Câmara dos Deputados formada por mim e pelos deputados **Antônio Bulhões** (PRB-SP), **José Airton** (PT-CE) e **Cleber Verde** (PRB-MA), presidente da Frente Parlamentar da Pesca.

Durante as plenárias, infelizmente a Comissão não chegou a um acordo para estabelecer medidas de recuperação e gestão do estoque de Albacora Bandolin (*Thunnus obesus*), o que em tese não prejudica nosso país, visto que nossa produção está cada vez mais consolidada, e nossas prerrogativas, como a defesa da prioridade dos países costeiros em desenvolvimento e com pesca artesanal, estão começando a ser defendidos pelos países membros.

Mais uma vez, o recurso biológico foi derrotado, passaremos mais um ano sem que medidas restritivas sejam adotadas. A redução da TAC ou captura total permitida, a



redução do gatilho que é a produção que condiciona determinado país a ser relacionado e a estar vinculado a uma cota, o período de defeso para frotas e regiões estabelecidas, limitação no número de Dispositivos Agregadores de Pescado (DAPs) por embarcações de cerco, restrições de transferências interanuais de cotas não atingidas, entre outras, são medidas preconizadas para diminuir a pressão pesqueira sobre os estoques e permitir, dentro de intervalos de tempo estimados, a recuperação desta espécie. Entretanto, um documento recomendando para estas ações não foi aprovado.

No encontro reflexões coletivas demonstraram claramente que há necessidade da adoção efetiva pela ICCAT de discursos e princípios de equidade, oportunidade e sensatez apregoados em tantos outros fóruns multilaterais e pelo direito internacional, sob a pena de danos permanentes.

Enquanto estávamos no encontro, finalmente a Portaria 59-A que estabelece medidas, critérios e padrões da modalidade pesca de Cardume Associado, que passa a ser prevista na INI 10/2011, foi publicada em edição extra do DOU, em 16 de novembro. Há inquestionáveis avanços nesta medida, como a adequação de uma operação de pesca a sua efetiva modalidade, a previsão de limitação de capacidade, a previsão de rastreamento de toda a frota.

Em nossa participação defendemos a posição que nosso País, face ao novo governo que se avizinha, conduzido pelo deputado federal **Jair Messias Bolsonaro**, nosso presidente eleito, assuma suas obrigações perante a Comissão, estruturando seus órgãos de forma objetiva e eficiente para cumprir com as tarefas determinadas.

Com o deputado **José Airtton Cirilo**, reforçamos que a sustentabilidade seja o fator essencial para o desenvolvimento da pesca oceânica, e devemos seguir neste exemplo visto o destaque que recebemos no setor da pesca do atum. O Brasil é hoje um dos protagonistas na Comissão Internacional para Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT).

ROBERTO ALVES
Deputado Federal
(PRB-SP)